



## **RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO**

### **EXERCÍCIO DE 2022**

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas da Comunidade Intermunicipal do Cávado** (a Comunidade Intermunicipal) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que vimos fazer nos termos seguintes:

#### **1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:**

- a) o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos responsáveis pelo processo de encerramento de contas, em particular dos serviços de Contabilidade, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer quanto ao esclarecimento das questões que entendemos pertinentes.

#### **2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos:**

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais da Comunidade Intermunicipal;
- c) à análise das demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da Comunidade Intermunicipal, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

#### **3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as observações seguintes:**

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira da Comunidade Intermunicipal no exercício em causa, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias incluídas como reservas na Certificação Legal das Contas, emitida por nós na presente data, nos termos da opinião que a mesma expressa;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- b) os mapas de controlo orçamental da receita e da despesa refletem o desempenho orçamental da Comunidade Intermunicipal, nos termos da opinião também incluída na nossa certificação legal das contas, em parágrafo próprio – sobre as demonstrações orçamentais;
- c) não detetamos factos que entendamos dever comunicar nos termos da alínea b) do n.º2 do art.º 77º. da Lei 73/2013;
- d) a Comunidade deverá prosseguir e consolidar uma política de melhoria contínua dos procedimentos de controlo interno, procurando também desenvolver e aprimorar procedimentos de conferência e conciliação entre o reconhecimento contabilístico-financeiro, orçamental e patrimonial (e correspondentes divulgações), no âmbito do novo normativo contabilístico – aspetos que nos propomos continuar a acompanhar no desenvolvimento corrente dos trabalhos de auditoria.

#### **4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:**

- a) o desempenho orçamental evidenciado nos mapas/demonstrações orçamentais apresentadas pela Comunidade Intermunicipal merecem globalmente uma apreciação positiva, no contexto evidenciado na Certificação Legal das Contas por nós emitida nesta data;
- b) as Contas anuais da Comunidade Intermunicipal e o respetivo Relatório de Gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da Certificação Legal das Contas e das notas anteriores, merecem também uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo Conselho Intermunicipal, pelo Secretário Executivo Intermunicipal e pelos intervenientes no processo de encerramento de contas.

Braga, 14 de abril de 2023

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)